



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo n° 13161.001006/2004-35
Recurso n° 138.536 Voluntário
Matéria ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Acórdão n° 301-34.781
Sessão de 15 de outubro de 2008
Recorrente JOSÉ ROBERTO FERREIRA MARTINS
Recorrida DRJ/CAMPO GRANDE/MS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Exercício: 2000

ITR - ÁREA DE RESERVA LEGAL - AVERBAÇÃO À MARGEM DA MATRÍCULA DO IMÓVEL APÓS FATO GERADOR DO IMPOSTO

A averbação à margem da inscrição da matrícula do imóvel, nos termos do art. 16, § 8º, do Código Florestal, tem a finalidade de resguardar a segurança ambiental, a conservação do estado das áreas na hipótese de transmissão de qualquer título, para que se confirme, civil e penalmente, a responsabilidade futura de terceiros eventuais adquirentes do imóvel. A exigência, como pré-condição ao gozo de isenção do ITR, de que a averbação seja realizada até a data da ocorrência do fato gerador do imposto, não encontra amparo na Lei ambiental (precedentes da CSRF).

ITR - ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL - EXIGÊNCIA.

Não há obrigação de prévia apresentação protocolo do pedido de expedição do Ato Declaratório Ambiental para exclusão das áreas de preservação permanente e de reserva legal da base de cálculo do ITR. A obrigação de comprovação da área declarada em DITR por meio do ADA, foi facultada pela Lei nº. 10.165/2000, que alterou o art. 17-O da Lei nº. Lei no 6.938/1981. É apropriada a comprovação das áreas de utilização limitada e de preservação permanente por meio de laudo técnico, elaborado por Engenheiro Agrônomo com anotação de ART, devidamente apresentado à fiscalização. Aplicação retroativa do § 7º do art. 10 da Lei nº 9.939/96, com a redação dada pela MP 2.166-67, de 24/08/01.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, dar provimento integral ao recurso, vencidos os conselheiros José Luiz Novo Rossari, Irene Souza da Trindade Torres, João Luiz Fregonazzi e José Fernandes do Nascimento (Suplente), que davam provimento parcial para reconhecer a área de preservação permanente e para reconhecer a área de reserva legal somente nos limites da área averbada.


SUSY GOMES HOFFMANN – Presidente em Exercício


RODRIGO CARDOZO MIRANDA – Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Luiz Roberto Domingo e Valdete Aparecida Marinheiro.

Relatório

Cuida-se de Recurso Voluntário interposto por José Roberto Ferreira Martins (fls. 252 a 273) interposto contra acórdão proferido pela Colenda 1ª Turma da DRJ em Campo Grande - MS (fls. 235 a 243) que considerou procedente o lançamento de ITR exercício 2000, consubstanciado no Auto de Infração de fls. 175 a 182 referente ao imóvel Fazenda Jundiá, inscrito na Receita Federal sob o nº 0.245.648-6.

O v. acórdão ora recorrido concluiu pela manutenção da glosa das áreas de **preservação permanente (801,5 ha) e utilização limitada / reserva legal (1396,4 ha)** declaradas pelo contribuinte em sua DITR sob o entendimento que a ausência do Ato Declaratório Ambiental (ADA), protocolado tempestivamente junto ao IBAMA, bem como a inexistência de averbação da área de reserva legal à data da ocorrência do fato gerador do ITR/2000 impede a exclusão das mencionadas áreas da tributação.

A ementa do v. acórdão recorrido é a seguinte:

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR

Exercício: 2000

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA

Para serem consideradas isentas, as áreas de preservação permanente e de reserva legal devem ser reconhecidas mediante Ato Declaratório Ambiental – ADA, cujo requerimento deve ser protocolado dentro do prazo estipulado. O ADA é igualmente exigido para que seja reconhecida a isenção das áreas de preservação permanente declaradas na DITR.

Lançamento Procedente.

Antes da lavratura do Auto de Infração em questão, o contribuinte foi intimado a apresentar documentação que comprovasse a existência das referidas áreas de preservação permanente e de reserva legal declaradas em sua DITR. Em resposta ao Termo de Intimação Fiscal (fl. 05 a 08), o contribuinte apresentou os seguintes documentos:

1. Certidão da matrícula do imóvel com uma área averbada de reserva legal de 20% da sua área total, 6883,2575 ha, o que perfaz 1376,65 ha (fls. 27);

2. Laudo técnico elaborado por engenheiro agrônomo com anotação de ART, em que se aponta uma área de preservação permanente de 801,5 ha, sendo que no mapa acostado se aponta, também, uma área de reserva legal de 1.396,40 ha.

Em seu Recurso Voluntário, o contribuinte sustenta, em síntese, que a isenção do ITR relativo às áreas de reserva legal e preservação permanente não está condicionada a

existência de ADA ou mesmo a averbação na Matrícula do imóvel, sendo necessário apenas a declaração do contribuinte e a comprovação da existência das mencionadas áreas.

Colaciona uma série de precedentes judiciais e administrativos a fim de reforçar sua tese, requerendo, ao final, o total provimento de seu Recurso Voluntário com a conseqüente improcedência do crédito tributário ora em cobrança.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rodrigo Cardozo Miranda, Relator

O recurso preenche as condições de admissibilidade e, portanto, deve ser conhecido.

A decisão da DRJ de origem foi no sentido de manter a glosa das áreas de preservação permanente (801,5 ha) e utilização limitada / reserva legal (1396,4 ha) sob o fundamento de que a existência das mencionadas áreas não restou comprovada, em virtude da não apresentação do Ato Declaratório Ambiental, bem como em razão da não averbação da área de Reserva Legal, à margem da matrícula do imóvel, na data dos fatos geradores do imposto.

Compulsando-se os autos, nota-se, realmente, que não foi apresentado o Ato Declaratório Ambiental (ADA) e que a averbação à margem da Matrícula do imóvel foi realizada em 04/03/2004 (fl. 27).

Deve-se destacar, no entanto, que a exigência de averbação à margem da matrícula do imóvel à data de ocorrência dos fatos geradores do ITR como pré-condição ao gozo da isenção do mencionado imposto não encontra amparo legal em nosso ordenamento jurídico.

A mencionada averbação tem a finalidade de resguardar – distinta do aspecto tributário – a segurança ambiental, a conservação do estado das áreas na hipótese de transmissão de qualquer título, para que se confirme, civil e penalmente, a responsabilidade futura de terceiros eventuais adquirentes do imóvel.

Essa é a correta inteligência do antigo § 2º do art. 16 do Código Florestal, que regulava a matéria à época da entrega da DITR, bem como do atual § 8º do mencionado artigo, com a redação dada pela Medida provisória 2166/2001.

Ademais, conforme acima aludido, existe prova nos autos que o contribuinte realizou a mencionada averbação do imóvel em 4 de março de 2004 (fls. 27), fazendo, jus, portanto, à exclusão da área destinada à reserva legal, nos termos do art. 10, §1º, inciso II, alínea “a” da Lei nº 9.393/96.

É importante salientar que somente a área de 442,86 ha restou devidamente comprovada como sendo de Utilização Limitada (Reserva Legal), em virtude da averbação à margem da Matrícula do imóvel e do Laudo Técnico apresentado. Como o contribuinte declarou a existência de uma área de Utilização Limitada equivalente a 470,0 ha, deve ser mantido o lançamento com relação à diferença entre a área declarada e a efetivamente comprovada.

Nesse sentido, confira-se precedente unânime dessa Egrégia Primeira Câmara:

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR
Exercício: 1999
Ementa: ITR. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE

RESERVA LEGAL. Não há previsão legal para exigência do ADA como requisito para exclusão da área de preservação permanente da tributação do ITR, bem como da averbação de área de reserva legal com data anterior ao fato gerador.

ITR. ÁREA DE RESERVA LEGAL AVERBADA APÓS O FATO GERADOR. A exclusão da área de reserva legal da tributação pelo ITR não está sujeita à averbação à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, até a data da ocorrência do fato gerador, por não se constituir tal restrição de prazo em determinação legal.

AVERBAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA EM LEI, PARA FINS DE ISENÇÃO DO ITR. Não há sustentação legal para exigir averbação das áreas de reserva legal como condição ao reconhecimento dessas áreas isentas de tributação pelo ITR. Esse tipo de infração ao Código Florestal pode e deve acarretar sanção punitiva, mas que não atinge em nada o direito de isenção do ITR quanto a áreas que sejam de fato de preservação permanente, de reserva legal ou de servidão federal, conforme definidas na Lei 4.771/65 (Código Florestal). O reconhecimento de isenção quanto ao ITR independe de averbação da área de reserva legal no Registro de Imóveis.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE

(Recurso Voluntário nº 132.858, Rel. Cons. Valmar Fonseca de Menezes, Acórdão nº 301-33397) (grifos nossos)

Com relação à necessidade de apresentação do Ato Declaratório Ambiental ou do protocolo de requerimento do mesmo, como já tem decidido esta Câmara (cito os Acórdãos n.ºs. 301-31.379, de 11/08/2004 e 301-31.129, de 16 de abril de 2004) o contribuinte não está obrigado ao cumprimento dessa exigência para obter a validação de área de reserva legal com excludente da base de cálculo do ITR, especialmente para o ITR do exercício de 2000.

É certo, no entanto, que a obrigatoriedade de ratificação pelo IBAMA da indicação das áreas de preservação permanente e as de utilização limitada veio a figurar em nosso ordenamento pela Instrução Normativa SRF nº. 67/97, que alterou o art. 10 da Instrução Normativa nº. 43/97.

Tal norma estabelece para o contribuinte a obrigação de requerer ao IBAMA o reconhecimento das áreas de preservação permanente e as de utilização limitada, o que é feito por meio de formulário próprio denominado "Ato Declaratório Ambiental". O simples requerimento atenderia ao requisito formal de destinação específica das áreas que menciona e, até que o IBAMA se pronuncie, devem ser consideradas conforme o declarado perante àquele órgão.

A obrigação, criada pela Instrução Normativa SRF nº. 67/97, todavia, não estava amparada por previsão legal, que somente se estabeleceu com a edição da Lei nº. 10.165, de

27/12/2000, que alterou o art. 17-O da Lei nº. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Assim, somente nesse momento é que passou a ser obrigatório o ADA para efeito de exclusão da base de cálculo do ITR das áreas de preservação permanente, de utilização limitada (área de reserva legal, área de reserva particular do patrimônio natural, área de declarado interesse ecológico) e de outras áreas passíveis de exclusão (área com plano de manejo florestal e área com reflorestamento). O art. 17-O, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 passou a ter a seguinte redação (na parte que nos interessa para o deslinde da presente controvérsia):

“Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental – ADA, deverão recolher ao Ibama a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria.

§ 1º-A. A Taxa de Vistoria a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto proporcionada pelo ADA.

§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória.

...”

A redação anterior do parágrafo primeiro do art. 17-O, incluído pela Lei nº. 9.960, de 28/01/2000, dispunha que “a utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é opcional”. Tal alteração instituiu uma forma de comprovação da utilização, destinação e preservação das áreas por meio da atividade da autoridade pública sendo, por conta disso, exigida a Taxa de Vistoria.

A Taxa é o tributo que tem como fato imponible o exercício regular do poder de polícia ou a utilização – efetiva ou potencial – de um serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte (art. 77, CTN).

Note-se que a taxa em comento é destinada a “remunerar” a fiscalização do IBAMA na verificação das informações prestadas no requerimento do ADA, com o fim específico de expedir o ato administrativo ambiental.

Ocorre que a apresentação do ADA é uma das formas possíveis de exclusão das áreas de preservação permanente e de utilização limitada.

Impende salientar que se o proprietário de imóvel rural faz a averbação da área de reserva legal junto à matrícula do imóvel no cartório de registro, não pode o ente tributante vedar o exercício do direito à não tributação. Da mesma forma ocorrerá se ficar comprovado que o proprietário do imóvel mantém as áreas de preservação intactas, não devendo tais áreas compor a base de cálculo do tributo.

Aliás, tenho entendimento que a verdade formal não pode, em hipótese alguma, suplantiar a verdade material, no âmbito do processo administrativo fiscal.

Desta forma, a apresentação do ADA nada mais é do que uma das formas de comprovação da utilização, destinação e preservação das áreas do imóvel rural, com o fim de apurar a base de cálculo do ITR, não constituindo, portanto, exigência indispensável.

Ademais, o § 7º do art. 10 da Lei nº 9.939/96, com a redação dada pela MP 2.166-67, de 24/08/01, determina literalmente a não obrigatoriedade de prévia comprovação da declaração por parte do declarante, ficando, todavia, responsável pelo pagamento do imposto correspondente, acrescido de juros e multa, previstos nesta Lei, caso fique comprovado posteriormente que sua declaração não é verdadeira. Na presente hipótese, através do Laudo pericial e da averbação, ainda que intempestiva, o contribuinte se desincumbiu do ônus probatório, sendo que a autoridade lançadora se bastou no descumprimento de exigência formal.

Aplica-se à hipótese, assim, o princípio da retroatividade benigna, nos casos ainda não definitivamente julgados, em conformidade com as regras estabelecidas nos dispositivos do art. 106 do Código Tributário Nacional, notadamente no seu inciso II, alínea "a".

Nesse sentido, o Laudo pericial de fls. 28 a 55 e seus anexos, notadamente os mapas de fls. 57 e 58, elaborado por Engenheiro Agrônomo com a devida anotação de ART e apresentado pelo contribuinte, constitui documentação idônea para comprovação da existência das mencionadas áreas.

Com isso, ao lado da averbação à margem da Matrícula do imóvel (fls. 27), entendo que restou comprovada a existência das áreas declaradas de preservação permanente e reserva legal.

Por conseguinte, em face de todo o exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário para excluir da tributação as áreas de preservação permanente (801,5 ha) e utilização limitada / reserva legal (1396,4 ha)

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2008


RODRIGO CARDOZO MIRANDA - Relator